

MEMÓRIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2024

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2024, das 10 às 11h10min, realizou-se por videoconferência a 64ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Ministério Público de Contas do Estado do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho – MPT; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PCPR; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – TRT9 e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR . A sessão foi presidida pela Coordenadora Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, Dra. Letícia Ferreira da Silva e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Letícia (CGE/PR) abriu a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Passou a palavra para **Hillene (TRE/PR)** que, cumprimentando a todos, informou a disponibilização pelo chat de um link (para preenchimento do nome completo e da Instituição em que atua) para o registro de presença.

Letícia (CGE/PR) informou que foi encaminhada, aos integrantes do Colegiado, com o ofício de convocação, a ata da 63ª Reunião Ordinária da Rede. Abriu a palavra para deliberação e, havendo anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restou aprovada a ata, por unanimidade.

Letícia (CGE/PR), dando sequência aos trabalhos, colocou em votação, a adesão do TRT da 9ª Região, como partícipe, à Rede de Controle. Abriu a palavra para deliberação e, havendo anuência pelos membros do Colegiado, restou aprovada a adesão do referido Tribunal, por unanimidade. Deu boas-vindas aos seus representantes. Informou que serão enviadas, por *e-mail*, as providências necessárias à formalização do respectivo Termo.

Maria Rosicler (TRT9), cumprimentando a todos, apresentou-se como representante do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Letícia (CGE/PR) passou para o relato das Comissões Permanentes, dando a palavra ao representante da Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações.

Elton (CGE/PR), cumprimentando a todos, informou que a Comissão discutiu ferramentas de controle, havendo a intenção de resgatar o site da Transparência e de firmar convênio com o MPPR, a fim de ter acesso ao LicitaR. Serão realizadas reuniões temáticas bimestrais, a partir de 31/01/2025.

Letícia (CGE/PR) agradeceu e passou a palavra ao representante da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social.

Matheus (CGE/PR), cumprimentando a todos, informou que a Comissão discutiu ações para apoiar a implantação do e-Prevenção, do TCU, e do projeto Força Tarefa Cidadã, do Observatório Social. Para 2025 pretendem apoiar o Ranking da Atricon – programa nacional de transparência pública.

Letícia (CGE/PR) agradeceu e passou a palavra à representante da Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa.

Francine (MPPR), cumprimentando a todos, informou que a Comissão pretende para 2025-2026, concluir o estudo técnico pertinente aos requisitos à ocupação do cargo de controlador municipal, com o mapeamento das qualificações já existentes; compartilhar boas práticas entre os órgãos da Rede; realizar a formatação de *newsletter* mensal, com a compilação das ações de capacitação dos integrantes da Rede; realizar estudos sobre as ferramentas para compartilhamento de bancos de capacitação (agenda integrada de capacitação) e implementar repositório vinculado ao site da Rede. Serão realizadas reuniões mensais.

Valdenice (MPT) ressaltou a necessidade de capacitação dos gestores e fiscais de contratos para melhor uso dos recursos públicos. Perguntou se poderia encaminhar sugestões à Comissão de Capacitação.

Francine (MPPR) respondeu afirmativamente quanto ao encaminhamento de sugestões e convidou Valdenice a integrar a Comissão.

Letícia (CGE/PR) agradeceu e passou para o quarto item da pauta, a eleição da Coordenação Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública para o próximo biênio.

Maurício Segundo (TJPR), cumprimentando os participantes, manifestou o interesse do Tribunal de Justiça do Paraná de estar à frente da Coordenação Executiva.

Mauricio Kalache (MPPR), cumprimentando a todos, ressaltou a importância da renovação de mandatos; contudo, sugeriu que fosse verificado se a CGE tem interesse em permanecer na coordenação, diante da tradição da Rede. Propôs que antes da apresentação de candidaturas fosse ouvida a CGE.

Letícia (CGE/PR) manifestou ser salutar a troca de coordenadores, mas, que não se oporia em continuar ou participar, até como coordenadora adjunta. Colocou-se à disposição para contribuir com o TJPR na interlocução da Rede com os municípios.

Mauricio Kalache (MPPR), enfatizando o respeito a todas as instituições, contudo, voltando em 2009, destacou que a Rede surgiu, no cenário nacional, para fortalecimento do Ministério Público, da Polícia Federal, em recíproco apoio a ações contra corrupção e desvios de recursos públicos. Mencionou que houve desestímulo, isolamento e enfraquecimento às ações de combate à corrupção, após as decisões do STF, ligadas à Lava Jato. Perdeu-se em troca de experiências. Salientou que a participação do Poder Judiciário na Rede é muito importante, pois exerce liderança entre os órgãos, em razão da coisa julgada; entretanto, ponderou sobre a posição do Tribunal, por causa da sua imparcialidade, pois poderia criar embaraços na representação, ao liderar ações de combate à corrupção à frente da Coordenação Executiva da Rede e posteriormente apreciar as ações judiciais decorrentes. Acentuou que temos que ver o que está acontecendo no Porto de Paranaguá, nas Universidades; não podemos ficar mais um mandato sem ações concretas de combate a desvios e corrupção. Frisou que deve haver o enfrentamento de situações de desperdício nas diversas áreas do Estado do Paraná. Entende que, quem quer ser coordenador deve conhecer bem sobre o tema; a coordenação deve conduzir os outros órgãos para ações conjuntas efetivas, estudos de caso, de problemas comuns. Propõe, em nome do MPPR, uma mudança radical para o próximo biênio.

Maurício Segundo (TJPR) destacou a adesão do TRT9 e a importância da integração do Poder Judiciário à Rede. Mencionou que o TJPR aderiu à Rede em 2022. Expôs que, durante todo esse período, os representantes do TJPR buscaram entender a dinâmica da Rede, dos seus membros, iniciativas e acompanhou as propostas promovidas pelas comissões temáticas; que o TJPR tem buscado atuar ativamente



nos trabalhos da Rede; que noutro momento, foi até consultado sobre a possibilidade de ingressar na Coordenação Executiva; que, caso o TJPR fosse eleito para a função, seriam adotadas todas as cautelas necessárias para salvaguardar a sua competência institucional. Informou que a finalidade do TJPR ao manifestar sua candidatura foi apenas contribuir com a Rede. Contudo, diante das considerações feitas pelo Dr. Mauricio Kalache, e para evitar eventual controvérsia, não se opõe à manutenção da Dra. Letícia (CGE/PR) à frente da Coordenação Executiva. Acrescentou que a Rede está para atender ao interesse público, e por isso o TJPR permaneceria à disposição do colegiado participando ativamente das suas atividades.

Valdenice (MPT) aderiu às ponderações de Mauricio Kalache (MPPR) e de Maurício Segundo (TJPR) e reforçou a necessidade de controle e de acompanhamento nas contratações e Parcerias Público Privadas (PPP), onde encontra muitas irregularidades, muitos desperdícios de recursos públicos. Manifestou apoio à continuidade da Dra. Letícia (CGE/PR) na Coordenação Executiva.

Letícia (CGE/PR) se colocou à disposição para continuar à frente da Coordenação Executiva e de trazer casos concretos ao debate.

Hillene (TRE/PR) propôs a participação do TJPR na Secretaria Executiva.

Maurício Segundo (TJPR) se colocou à disposição, caso haja vacância em alguma função, reiterando que o intuito do Tribunal de Justiça sempre foi, nos limites da sua competência, contribuir com a Rede e com o interesse público.

Letícia (CGE/PR) indicou a manutenção do TCE para a Coordenadoria Adjunta e da CGU para a Secretaria Executiva Adjunta.

Mauricio Kalache (MPPR) destacou que o TCU, TCE, CGU e CGE são instituições importantes, trazem pautas relevantes e que devem ser mantidos na Coordenação, agregando o TJPR, em substituição ao TRE/PR.

Letícia (CGE/PR) submeteu à votação e por aclamação foi mantida a atual composição da Coordenação, com a substituição do TRE/PR pelo TJPR, na Secretaria Executiva.

Letícia (CGE/PR) agradeceu a todos e deu seguimento a pauta – *Outros assuntos* – convidou a todos para o 2º Congresso de Governança da CGE, que se realizará na próxima semana no Canal da Música. Informou que em fevereiro de 2025 haverá uma



reunião do Governador do Estado com todos os prefeitos eleitos; nessa reunião, a CGE irá conversar com os mandatários sobre a importância dos controladores internos, e detalhar os projetos para o próximo período, contemplando capacitações, treinamentos, compartilhamento de boas práticas de transparência, controle social, colocando a gestão do Estado do Paraná mais próxima dos municípios.

Mauricio Kalache (MPPR) apontou para a necessidade de a Rede apoiar os municípios do Paraná, para avançarem nos controles internos, mencionando que há situações muito desiguais, havendo alguns bastante desorganizados, com muitos casos de nepotismo e de clientelismo, reforçando ser necessário apoiar a Administração Pública do Estado do Paraná nessa frente.

Letícia (CGE/PR) ponderou que a pauta dos municípios é muito importante.

Marcelo (MPPR) trouxe o exemplo da Promotora de Justiça, Dra. Kelly, que lançou um livro com recomendações temáticas aos gestores públicos, com exemplos de boas práticas, como o controle do uso de veículos, destacando que seria importante levar esse material nessa 1ª reunião com os novos prefeitos.

Letícia (CGE/PR) agradeceu a consideração e informou que a CGE fará um compilado das recomendações de boa gestão, orientações quanto à escolha do secretariado e sugeriu que se alguém tiver algum material, pode colaborar.

Maurício Segundo (TJPR) destacou a importância da criação de uma cultura de controle. Sugeriu iniciativas de caráter educativo nas áreas de governança, gestão de riscos, compliance e integridade para os municípios.

Valdenice (MPT), em relação aos municípios, expressou sua preocupação com os fiscais e gestores de contrato. Mencionou que esses agentes precisam estar cientes de suas responsabilidades, devendo ser instruídos de que podem responder por irregularidades nos contratos sob suas responsabilidades.

Letícia (CGE/PR) salientou que o Estado tem problemas na fiscalização, muitos não têm ciência da importância dos fiscais e gestores de contrato, sendo muito importante a capacitação. Ponderou que os maiores problemas estão na execução contratual, pois muitos fiscais não têm formação básica, não têm capacitação no objeto do contrato que devem fiscalizar; nesse sentido, a capacitação resolveria boa parte das

situações. Reforçou que a nova Lei de Licitações menciona controles e matriz de riscos, que devem estar contidas nas contratações.

Letícia (CGE/PR) destacou, por fim, que informará sobre a reunião com os prefeitos e que repassará o convite com as datas.

Mauricio Kalache (MP/PR) propôs que as reuniões da Rede, no próximo biênio, sejam mensais.

Letícia (CGE/PR) indicou que a primeira reunião do próximo ano será realizada em fevereiro e, as demais, na última sexta-feira de cada mês. Agradeceu a participação de todos e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião. Desejou boas festas a todos.

DELIBERAÇÕES			
Nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Informar data do evento para acolhimento dos novos gestores municipais.	CGE/PR	Janeiro/2025
2	Promover a assinatura do Termo de Adesão.	Coordenação Executiva e TRT 9º Região	Fevereiro/2025